

CONHECENDO OS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS DO MUNICÍPIO DE IGUATU-CEARÁ

Lucineide Penha Torres de FREITAS (1); Lúcio José de OLIVEIRA (2); José Dijalma Batista de FREITAS (3).

(1) Escola Agrotécnica Federal de Iguatu, Rua José Amaro, 479, Bugi, (88) 3582.0930, (88) 3582.0868, e-mail: torresdefreitas@uol.com.br (2) Escola Agrotécnica Federal de Iguatu, e-mail: dde@eafigt.gov.br; (3) Escola Agrotécnica Federal de Iguatu, e-mail: freitas@eafigt.gov.br

RESUMO

Esta pesquisa visa conhecer os Portadores de Necessidades Especiais - PNE, bem como identificar os índices de deficiências em três bairros do município de Iguatu – Ceará. Foram aplicados questionários-diagnósticos onde foram abordados aspectos, como: local e tipo de moradia, tipo de deficiência, grau de instrução, idade, ocupação, renda pessoal e familiar e participação em movimentos sociais. Esse diagnóstico tem como fator básico traçar ações direcionadas a melhor atuação do Núcleo de Atendimento aos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais da Escola Agrotécnica Federal de Iguatu – NAPNE. Esses dados mostraram a demanda dos treinamentos viabilizados e a realização de cursos adequados conforme a realidade conhecida. Não houve preocupação em definir um universo amostral, pois a pesquisa atingiu todas as residências dos três bairros pesquisados. Essa pesquisa contribuiu como mais um instrumento para o fortalecimento da educação, profissionalização e inclusão social, bem como servir de subsídio para a adoção de políticas públicas voltadas aos Portadores de Necessidades especiais.

Palavras-chave: Necessidades Especiais, Inclusão Social.

1. INTRODUÇÃO

A história revela para a humanidade o caminho da exclusão social e humana do homem. Se, no passado, o indivíduo com algum comprometimento era banido da sociedade através da morte, hoje, este tipo de eliminação não é mais praticado, porém uma exclusão sutil acontece através das instituições, como cadeias, asilos e tantas outras que foram criadas com este objetivo: segregar o "diferente" da sociedade. Marques in MANTOAN (1997) diz "enquanto a pessoa está adequada às normas, no anonimato, ela é socialmente aceita. Basta, no entanto, que ela cometa qualquer infração ou adquira qualquer traço de anormalidade para que seja denunciada como desviante".

"A década de 60, por exemplo, testemunhou o boom de instituições especializadas, tais como: escolas especiais, centros de habilitação, centros de reabilitação, oficinas protegidas de trabalho, clube sociais especiais, associações desportivas especiais" SASSAKI (1997), criadas concebendo a idéia de proteger o diferente e, após, reintegrá-lo ao convívio social. Na realidade, estavam considerando muito mais a questão social do que seu desenvolvimento como um todo.

O próprio termo reintegração já traz implícita a idéia da desintegração. "Só é possível reintegrar alguém que foi desintegrado do contexto social e está sendo novamente integrado" Marques in MANTOAN (1997).

A pessoa portadora de alguma deficiência convive socialmente com sua família, porém este convívio não se estende na escola, no clube, na igreja e nas outras áreas da sociedade porque é colocada como um ser diferente. Mader in MANTOAN (1997) aponta como causa os seguintes conceitos básicos:

- pessoas portadores de deficiência não correspondem às expectativas, são anormais, diferentes (estigmatização);
- pessoas portadores de deficiência não são muito capazes, são pouco produtivas ("apêndice inúteis da sociedade");
- pessoas portadores de deficiência são estigmatizadas, o estigma cria preconceitos que, por si, gera medo, e o medo provoca ignorância e afastamento;
- pessoas portadores de deficiência não se encaixam nos valores da sociedade.

Foi pelas lutas pelos direitos das pessoas portadoras de deficiência, na década de 80, que a prática da integração social se torna mais presente. Porém, foram os novos conhecimentos avançados na comunidade científica, que perceberam a integração insuficiente para o contexto, considerando que esta população não participava de maneira plena e igual aos demais.

Considerando que a diferença é inerente ao ser humano, e reconhecendo a diversidade como algo natural, em que cada ser pode usar de seus direitos coletivos na sociedade, um novo conceito surge, denominado Inclusão. "Este é o termo que se encontrou para definir uma sociedade que considera todos os seus membros como cidadãos legítimos" Mader in MANTOAN (1997).

"Conceitua-se a inclusão social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade" SASSAKI (1997). Assim, a pessoa com necessidades especiais deve encontrar, na sociedade, caminho propício para o seu desenvolvimento através de sua educação e qualificação para o trabalho. Estando ele já inserido no processo, a sociedade se adapta as suas limitações.

Considerando essa abordagem conceitual e analisando dados internacionais, existem cerca de 600 milhões de pessoas, ou seja, 10% da população mundial são deficientes. Segundo Organização Mundial da Saúde (OMS), 80% dessas pessoas vivem nos países pobres ou em desenvolvimento. Deste número, apenas 1% a 2% tem acesso a serviços de readaptação. E são assinaladas disparidades entre países ricos e pobres e entre zonas urbanas e rurais.

No Brasil, de acordo com o censo de 2000, há 14,5% de pessoas deficientes, sendo a população brasileira mais de 174 milhões de habitantes. Em 2000, a relação numérica com os dados obtidos, determinou 24,5 milhões de deficientes. De cada 100 brasileiros, no mínimo 14 apresentam alguma limitação física ou sensorial (IBGE, 2000).

O IBGE realiza a cada dez anos um Censo Demográfico, com o objetivo de conhecer as características do povo brasileiro. Mas no caso do Censo 2000, particularmente, uma novidade foi acrescentada na pesquisa: foi a primeira vez na história do censo que se pesquisou sobre pessoas portadoras de deficiência,

objetivando saber os graus de severidade da incapacidade e não somente se a pessoa possui uma deficiência ou não.

O questionário da amostra do Censo 2000 abordou as seguintes questões sobre o tema: a existência de deficiência mental permanente que limite as atividades habituais, como trabalhar, ir à escola, brincar, entre outras; avaliação da capacidade de enxergar, de ouvir; de caminhar e subir escadas; a existência de alguma deficiência física, como paralisia permanente total, paralisia permanente das pernas, paralisia permanente de um dos lados do corpo e falta de alguma das seguintes partes do corpo: perna, braço, mão, pé ou dedo polegar.

Grandes Regiões	Proporção da população residente, portadora de pelo menos uma das deficiências investigadas, por grandes grupos de idade (%)			
	Total	0 a 14 anos	15 a 64 anos	65 anos ou mais
Brasil	14,5	4,3	15,6	54,0
Norte	14,7	4,6	18,1	63,2
Nordeste	16,8	5,2	18,7	62,3
Sudeste	13,1	3,7	13,5	48,0
Sul	14,3	3,7	15,1	53,5
Centro-Oeste	13,9	4,4	15,5	56,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Dos 24,6 milhões de pessoas que se declararam portadoras de deficiência (14,5% do total da população brasileira), 19,8 milhões estavam nas zonas urbanas e 4,8 milhões nas zonas rurais em 2000.

No Nordeste brasileiro esses índices são ainda mais alarmantes, existem 16,8% da população portadores de necessidades especiais, é a região que apresenta maior contingente em relação às outras regiões.

Em função da pobreza explícita e a falta de políticas públicas voltadas para educação inclusiva, nessa região a exclusão social é ainda mais forte. Grande parte da população não tem acesso aos meios que a integre como cidadã, por exemplo, a uma alimentação saudável de qualidade, fator preponderante na diminuição das deficiências em geral.

No Estado do Ceará, um dos estados mais pobre da federação, o índice de pessoas com deficiências é de 17,34% da população.

Neste trabalho serão apresentados dados de uma pesquisa realizada em três bairros do município de Iguatu-Ceará, possibilitando obter informações concretas sobre quantidade, localização, grau de comprometimento físico-motor ou neurológico de cada um, além de outros aspectos que deverão inspirar soluções que ajudem a minorar as dificuldades por que passam os deficientes e não somente se a pessoa possui uma deficiência ou não.

Considera-se esse diagnóstico como fator básico para direcionar e traçar e ações para melhor atuação do Núcleo de Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais – NAPNE, da Escola Agrotécnica Federal de Iguatu – Ceará..

Através dos dados pode-se conhecer a real demanda dos cursos e treinamentos a serem realizados pelo NAPNE e adequar a programação didática. Buscando, assim, preencher uma lacuna em termos de qualificação e inclusão no mundo produtivo da pessoa portadora de necessidades educacionais especiais. Outra meta é a criação de um acervo relacionado aos dados da pesquisa para divulgação dos resultados. A pesquisa deverá ser estendida a outros bairros da cidade, e tem como pretensão maior conhecer a realidade dos portadores de necessidades especiais em toda região Centro-Sul do estado do Ceará.

2. METODOLOGIA

Para a realização dessa pesquisa foram aplicados questionários junto a todos os moradores dos três bairros: João Paulo II, Jardim Oásis e Vila Centenária. Não houve definição de universo amostral, pois a pesquisa deveria atingir todos os domicílios que morassem pessoas portadoras de necessidades especiais. Esses bairros foram selecionados ao acaso e sujeitos iniciais para continuação desse estudo.

A pesquisa foi realizada por dois professores da Escola Agrotécnica Federal de Iguatu com a colaboração das alunas do Curso Técnico em Desenvolvimento Social – turma 2004.

O diagnóstico realizado nos bairros de Iguatu definiu a pessoa portadora de deficiência, de acordo com o Decreto Federal n.º 914/93, que considera que deficiente é a "pessoa que apresenta, em caráter permanente, perdas ou anomalias de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidade para o desempenho de atividades, dentro do padrão considerado normal para o ser humano".

De acordo com a OMS, os deficientes se dividem em: deficiência física (tetraplegia, paraplegia e outros), deficiência mental (leve, moderada, severa e profunda), deficiência auditiva (total ou parcial), deficiência visual (cegueira total e visão reduzida) e deficiência múltipla (duas ou mais deficiências associadas).

O questionário aplicado teve como base a versão do questionário do Banco de Recursos Humanos elaborado pelo Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Especiais - TEC NEP, programa constituído por um Grupo Gestor Central e técnicos das Secretarias do Ministério da Educação: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC e Secretaria de Educação Especial - SEESP. Esse programa visa a inserção das Instituições Federais de Educação Técnica e Tecnológica no atendimento às pessoas com Necessidades Educacionais Especiais nos curso de nível básico, técnico e tecnológico.

Considerando que uma importante etapa de uma investigação científica é a realização do pré-teste, conduziu-se um estudo piloto para teste do questionário (2006), possibilitando, assim, avaliação e modificação, quando pertinente, da metodologia e do instrumento da coleta de informações, buscando a adequação do questionário, seqüenciamento das questões, sua forma e clareza. Antes, ainda, foi realizado um treinamento com as aplicadoras dos questionários, mostrando a importância da compreensão das questões para maiores sucesso da pesquisa.

Esse diagnóstico abordou os seguintes aspectos: tipo de deficiência, estado civil, sexo, mapeamento de onde moram os portadores de necessidades especiais, nível de instrução escolar, participação no mundo produtivo, renda pessoal e familiar, caracterização residencial participação em atividades de esporte e lazer, se é beneficiário de organizações sociais.

As respostas foram analisadas qualitativamente e quantitativamente de acordo com a estatística descritiva..

3. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

No universo dos bairros pesquisados constatarem-se cento e uma pessoas com necessidades especiais, sendo assim distribuídos: João Paulo II: 35, Jardim Oásis: 38 e Vila Centenária: 38 pessoas que apresentam alguma necessidade especial.

Tabela 1 – Total de Pessoas com Necessidades Especiais, segundo o tipo de deficiência.

Bairros	Mental		Física		Auditiva		Visual		Múltipla		Total
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	
João Paulo II	10	29%	11	31%	5	14%	7	20%	2	6%	35
Jardim Oásis	9	24%	7	18,4%	9	24%	10	26,3%	3	8%	38
Vila Centenária	6	16%	13	34%	5	13%	7	18%	7	18%	38

De acordo com o censo 2000, no Nordeste do Brasil existem 49,9% de deficientes visuais, 22,6% deficiência física, 16,7% deficiência auditiva e 7,4% deficiência mental. As pessoas com mais de um tipo de deficiência (deficiências múltiplas) foram incluídas em cada uma das categorias correspondentes.

Ao analisar os dados referentes à distribuição do total de pessoas com necessidades especiais nos três bairros pesquisados, constata-se certa homogeneidade nos números. Nota-se que nos bairros de João Paulo II e Vila Centenária tiveram maior número de pessoas com necessidades especiais físicas, 31% e 34%, respectivamente. No bairro Jardim Oásis o maior índice de necessidades especiais está na categoria visual. Os dados confirmam as estatísticas nacionais esperadas.

Tabela 2 - Total de Pessoas com Necessidades Especiais por sexo

Bairros	Masculino		Feminino		Total
	Freq.	%	Freq.	%	
João Paulo II	23	65%	12	35%	35
Jardim Oásis	24	63%	14	37%	38
Vila Centenária	22	58%	13	34%	38

No que se refere à distribuição da população de portadores de necessidades especiais por sexo, observa-se que a maioria é do sexo masculino, resultado compatível ao que fora divulgado no último censo de 2000, onde cerca de 54 % são do sexo feminino. Este comportamento é compatível, e pressupõe-se que o risco e o tipo de atividade desenvolvida pelos homens, podem ser conseqüências de acidentes de diversas causas.

Tabela 3 - Total de Pessoas com Necessidades Especiais por Estado Civil

Bairros	Solteiro		Casado		Separado		Viúvo		Total
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	
João Paulo II	20	57%	10	28,4%	3	8,6	2	6%	35
Jardim Oásis	22	58%	9	24%	2	5%	5	13%	38
Vila Centenária	18	47%	17	45%	1	3%	2	5%	38

Nos dados relativos ao estado civil verificou-se que a grande maioria dos portadores de necessidades especiais é solteira, verificando que não há nenhum portador de necessidade especial mental casado.

Tabela 4 - Total de Pessoas com Necessidades Especiais por Nível de Escolaridade

Bairros	Analfabeto		Alfabetizado		Fund. Incompleto		Fund. Completo		Médio Incompleto		Médio Completo		Total
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	
João Paulo II	18	51%	6	17	10	29%	-	-	1	3%	-	-	35
Jardim Oásis	18	47%	5	13%	11	29%	-	-	3	8%	1	2,5	38
Vila Centenária	17	45%	5	13%	14	37%	1	2,5%	-	-	1	2,5	38

No que diz respeito à escolaridade, foi observado que a quase totalidade dos portadores de necessidades especiais está situada nas categorias de Analfabeto à categoria de Ensino Fundamental Incompleto. Esse fato pode se justificar por diversos fatores, entre eles, a dificuldade de aprendizagem, as barreiras arquitetônicas, e até mesmo a falta de preparo adequado aos profissionais para que essas pessoas sejam incluídas, de fato, no sistema escolar.

Em relação ao Nível Superior não foi identificado nenhum portador de necessidades especiais que participe desses bancos escolares.

A pesquisa veio confirmar o censo de 2000: pessoas com deficiência mental apresentam menor taxa de escolarização em relação às demais deficiências. Essa realidade vem sendo mudada com a presença da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE em Iguatu. A instituição está presente a seis anos no município e vem contribuindo de forma significativa para a Educação Especial dos portadores de necessidades especiais mentais e, conseqüentemente, influenciando positivamente para, num futuro próximo, aconteça a inclusão dos deficientes mentais na escola regular de ensino.

Outra realidade que está mudando é dos portadores de necessidades especiais auditivas e visuais. Desde 2002, na Escola de Ensino fundamental Dr. Carlos de Gouvêa, são ofertadas aulas regulares de alfabetização até a 5ª série para alunos surdos. Em 2005 começou curso de Braille para 19 alunos cegos. Foi criada em 2005, a Associação dos Surdos de Iguatu, que integra 70 membros.

Tabela 5 - Total de Pessoas com Necessidades Especiais com Participação no Mundo produtivo

Bairros	Trabalha		Não trabalha		Total
	Freq.	%	Freq.	%	
João Paulo II	4	11%	31	89%	35
Jardim Oásis	4	10,5%	34	89,5%	38
Vila Centenária	3	8%	35	92%	38

De acordo com a tabela 5, cerca de 90% dos portadores de necessidades especiais não trabalham. A situação mostra uma realidade cruel, pois mesmo existindo obrigatoriedade legal de ocupação no mercado de trabalho, por parte dos deficientes, e mesmo existindo empresas com mais de 100 empregados no município de Iguatu, nos bairros pesquisados não houve frequência significativa de empregados. E é sabido que a maioria das empresas, quando abre espaço, dá preferência para as pessoas com deficiência física. Em Iguatu, não há registro de emprego para surdos e deficientes visuais. Os que apresentam deficiência mental encontram maiores obstáculos.

Tabela 6 - Total de Pessoas com Necessidades Especiais por Renda familiar

Bairros	Menos de 1 Salário Mínimo		1 Salário Mínimo		2 Salários Mínimos		3 Salários Mínimos		Entre 3-5 Salários Mínimos		Total
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	
João Paulo II	10	29%	19	53%	6	18%	-	-	-	-	35
Jardim Oásis	11	29%	16	42%	11	29%	-	-	-	-	38
Vila Centenária	10	26,3%	16	42%	9	24%	1	2,5%	2	5,2%	38

Ao analisar a Renda familiar, verifica-se que os portadores de necessidades especiais pertencem às famílias pobres, sendo a renda concentrada nas categorias abaixo de 1 salário mínimo a 1 salário mínimo.

Tabela 7 - Total de Pessoas com Necessidades Especiais por Percepção de Benefício Governamental

Bairros	Recebe		Não Recebe		Total
	Freq.	%	Freq.	%	
João Paulo II	19	54%	16	46%	35
Jardim Oásis	21	55%	17	45%	38
Vila Centenária	25	66%	13	34%	38

Atualmente, a Lei 8742/93 garante o pagamento de um salário mínimo mensal ao portador de deficiência que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família (o chamado BPC-Loas - Benefício de Prestação Continuada), mas não define as regras para a situação em que o beneficiário deficiente consegue emprego com carteira assinada.

“A legislação estabelece apenas que o portador de deficiência deixará de receber o recurso caso cessem as condições que lhe deram origem ou se forem constatadas irregularidades ou fraudes em sua concessão e utilização” (BRASIL, 2003).

De acordo com a tabela 7 a maioria dos portadores de necessidades especiais recebe o benefício social, porém grande parcela está desassistida desse direito. Ao analisar a tabela 6 à luz da tabela 7, pode-se evidenciar que se a maioria das famílias dos portadores de necessidades especiais recebe até 1 salário mínimo, presume-se que são os próprios que sustentam as suas famílias com o Benefício de Prestação Continuada.

Tabela 8 - Total de Pessoas com Necessidades Especiais por Participação em Atividades de Lazer e Esportiva

Bairros	Participa		Não participa		Total
	Freq.	%	Freq.	%	
João Paulo II	7	18%	28	82%	35
Jardim Oásis	6	16%	32	84%	38
Vila Centenária	6	16%	32	84%	38

Pode-se verificar, através da tabela 8, a pouca participação dos portadores de necessidades especiais em atividades de lazer e recreação esportiva.

Tabela 9 - Total de Pessoas com Necessidades Especiais por Participação em Organizações Sociais

Bairros	Participa		Não participa		Total
	Freq.	%	Freq.	%	
João Paulo II	8	24%	27	76%	35
Jardim Oásis	5	13%	33	87%	38
Vila Centenária	8	21%	30	79%	38

Em relação à participação dos portadores de necessidades especiais em organizações sociais, pode-se observar que poucos, em relação maioria, não participam de nenhuma Organização Social. As organizações citadas foram: APAE: especializada no atendimento de pessoas com deficiência mental, Casa Azul: que atende pacientes com transtornos mentais, graves e crônicos, sem amparo da família, evitando o internamento em hospitais psiquiátricos - e o CAPS: especializado no atendimento de adultos e crianças portadoras de distúrbios mentais e para usuários de álcool e drogas.

4. CONCLUSÃO

Pode-se considerar que a vida do portador de necessidades especiais não é nada fácil. Os obstáculos enfrentados pelas pessoas portadoras de deficiências, não só os do cotidiano, mas de ordem social, política, econômica e cultural, são entraves para uma vida digna e saudável para um cidadão.

No Nordeste brasileiro se concentra a população mais pobre do país. Onde as condições de melhoria de qualidade de vida para os ditos “normais” já são extremamente carentes de políticas públicas. Para o público alvo da pesquisa essa falta de apoio pode ser crucial para a sua exclusão em todos os seguimentos. Esses são caracterizados por um padrão definido que alimenta a separação e exclusão social.

A pesquisa possibilitou a identificação das características dos portadores de necessidades especiais nos bairros pesquisados. Dessas características, destaca-se a falta de instrução escolar de quase toda a população pesquisada. Os que tiveram o acesso ao ensino fundamental, não tiveram a chance de concluí-lo. Podendo sugerir que essa interrupção na escolarização caracterize negligência da família do deficiente e/ou do poder público perante a sua responsabilidade em garantir acesso ao ensino público e de qualidade.

Novas pesquisas deverão ser realizadas para avaliar o impacto das organizações e programas de educação especial e inclusiva instaladas no município de Iguatu há pouco tempo. Como, a APAE e o programa de alfabetização de deficientes auditivos e visuais.

Nota-se que, a falta de participação em atividades de lazer e esporte pode significar a não inclusão social, impossibilitando o encontro de pessoas para solidificar laços afetivos, acarretando maior número de deficientes sem par. Entendendo a inclusão social como participação de todos nos aspectos e dimensão da vida, como garantias econômicas, cultural, político, religioso e ambiental, Iguatu deve muito aos seus filhos portadores de necessidades especiais.

Quanto à percepção de renda pelos portadores de necessidades especiais fica clara a sua importância no sustento de suas famílias. E cabe aqui um parêntese: se o mercado de trabalho se abrir para o portador de necessidades especiais ele terá condição de abrir mão do Benefício de Prestação Continuada? É sabido que ao assumir um emprego com carteira de trabalho assinada ele perderá imediatamente o Benefício, e como confiar em um mercado instável, onde o desemprego é imperativo? Novas medidas governamentais deverão ser tomadas para avaliar questões relativas a essa temática.

Observa-se, na pesquisa a anomalia que se instala quando não é dado um mínimo de condição às pessoas portadoras de deficiência de exercer o convívio em comunidade, incluindo aí aspectos fundamentais na vida de qualquer um, como educação, trabalho, habitação, segurança econômica, pessoal, dentre outros.

Ressalta-se, finalmente, que as pessoas portadoras de deficiência reivindicam a eliminação dos impedimentos a uma vida normal, como o simples fato ir e vir, por exemplo, da mesma maneira que não esperam nenhum tipo de paternalismo ou piedade. Esta via de conduta, inclusive, seria para eles algo ruim, uma vez que enfatiza o preconceito e estimula a exclusão, ao invés de inseri-los no meio social. Acabam sendo tratados, assim, como um problema e não como cidadãos que possuem seu potencial criativo ou de produção.

5. REFERÊNCIAS

CENSO 2000. Disponível em:

<<http://www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/sicorde/censo2000.asp>>acesso em: 04 set 2007

DECRETO N.º 914 de 6 de Setembro de 1993. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec914.pdf>>acesso em: 04 set 2007.

IBGE – Censo 2000. disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/censo/revista.shtml>>acesso em: 07 de set 2007

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

POCHMANN, Marcio. **Sistema único de inclusão social.** *Cienc. Cult.*, Jan./Mar 2003, vol.55, nº1, p.04-05.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão. Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1991.